

Arquivos, Fontes e Ciências Históricas: Nota de apresentação

Archives, Sources and Historical Sciences: Presentation Note

AFONSO SOARES DE SOUSA

Doutorando da Universidade de Coimbra
Investigador do Instituto de Estudos Medievais, NOVA FCSH
afonso.sousa1@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7634-7559>

LUÍS MIGUEL RÊPAS

Professor Auxiliar da Universidade de Coimbra, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra
luis.repas@fl.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5437-9437>

SAUL ANTÓNIO GOMES

Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra
saulggomes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7188-610X>

Os arquivos são lugares de memória, de preservação e salvaguarda de fontes que testemunham paisagens carregadas do passado. Fontes documentais e/ou monumentais, assim como a sua inteligibilidade, constituem o

ponto de partida e o horizonte de reconhecimento e composição de qualquer investigação histórica. É nelas que o historiador e/ou investigador encontra os vestígios – muitas vezes fragmentários, por vezes ambíguos – da presença humana no tempo: atos e práticas, relações de poder, rotinas administrativas, conflitos e consensos, crenças e representações simbólicas, mentalidades e memórias. Porém, as fontes não “falam” por si. Exigem referência e localização, descrição, contextualização, crítica, interpretação e partilha da sua informação. Exigem, neste contexto, mediações institucionais e técnicas: a salvaguarda e a preservação, mas igualmente a inteligibilidade, a acessibilidade e a valorização pública e universal do património documental. É neste cruzamento entre arquivos, fontes e ciências históricas que se inscreve o presente volume temático dedicado a “Arquivos, Fontes e Ciências Históricas”, que recebeu o pronto e generoso acolhimento do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*.

A centralidade dos arquivos e das bibliotecas – e do trabalho e profissionalismo, tão necessários, de arquivistas e bibliotecários – é hoje indiscutível. A constituição e a manutenção de fundos, a sua organização, a produção de instrumentos de descrição, a implementação de políticas de conservação e, mais recentemente, a digitalização e a disponibilização em linha não são meras tarefas auxiliares, são condições essenciais para viabilizar a própria investigação. Ao longo das últimas décadas, a História tem vindo a afirmar-se, cada vez mais, como uma ciência consciente da importância da materialidade das fontes escritas, na imensa pluralidade das suas tipologias, bem demonstrada no pioneiro projeto editorial *Typologie des sources du Moyen Âge occidental*, inaugurado por Léopold Genicot na Bélgica dos anos de 1970 e ainda em curso na atualidade, e dos seus condicionamentos: a proveniência dos documentos, as vicissitudes da transmissão, as perdas e reordenações, as práticas dos cartórios e dos arquivos, as lógicas institucionais que presidem à produção e à conservação. Neste sentido, os arquivos não são apenas “depósitos” de fontes; são, eles próprios, objetos da história, que resultam de escolhas, conflitos, políticas e necessidades administrativas. A história custodial, a arquivística histórica e o estudo das culturas escritas permitem compreender como se formam, transformam e, por vezes, se fragmentam os fundos, coleções e conjuntos documentais, com implicações diretas na forma como (re)conhecemos o passado.

A par desta dimensão histórica, o momento presente coloca desafios específicos. As novas tecnologias multiplicaram as possibilidades de pesquisa e cruzamento de informação, ao permitirem consultar e relacionar fontes conservadas em diferentes instituições e países, construir *corpora*,

aplicar metodologias de análise assistida e acelerar processos de identificação e comparação. Contudo, esta expansão do acesso convive com obstáculos persistentes. Em muitos arquivos, continuam a existir unidades de instalação com descrições incompletas, com informação insuficiente sobre conteúdos, tipologias, cronologias ou mesmo sobre o número de documentos que as compõem. A dispersão dos documentos de uma mesma instituição por vários arquivos – fruto de extinções, incorporações, políticas de centralização, transferências e reorganizações – agrava esta dificuldade. O resultado é um paradoxo: nunca foi tão fácil “chegar” a tantos documentos, e nunca foi tão evidente a necessidade de saber com rigor o que existe, onde existe e em que condições pode ser conhecido.

O volume temático parte desta constatação e propõe-se, por isso, como um espaço de reflexão e de partilha de estudos que iluminem o “mundo dos arquivos” e as múltiplas ciências que se centram na análise das fontes. Reúnem-se contributos que enfrentam, de modo direto, a fase heurística da investigação histórica – a arte de localizar e delimitar um universo documental – e que exploram metodologias robustas de descrição, inventariação, crítica e interpretação. Ao mesmo tempo, procura-se valorizar abordagens históricas das próprias fontes e dos arquivos.

Neste âmbito, assume particular relevo o conjunto de disciplinas que em tempos foram designadas por “ciências auxiliares” – designação que não traduz a sua atual autonomia metodológica e o seu potencial interpretativo. Paleografia, Diplomática, Codicologia, Sigilografia, Cronologia, Linguística Histórica, Crítica Textual ou Heráldica (quando integrada em fontes arquivísticas) constituem instrumentos intelectuais indispensáveis para o historiador, sobretudo quando trabalha com documentação medieval e moderna. A Paleografia permite ler e compreender os atos escritos, identificando mãos, estilos, escolas e práticas de escrita, e abrindo caminho à análise de processos de literacia e de formação de profissionais da escrita. A Diplomática oferece os recursos para a crítica interna e externa dos documentos, avaliando autenticidade, função, fórmulas, contextos de produção e circulação, e permitindo distinguir entre original, cópia, traslado e falsificação, com consequências decisivas na reconstrução histórica. A Codicologia e a História do Livro possibilitam estudar o códice como artefacto material e cultural: suportes, encadernações, iluminações, usos e marcas de leitura, circulação e receção. A Sigilografia, por sua vez, investiga as práticas de selagem, os selos como instrumentos de validação e como dispositivos de identidade e poder, articulando materialidade, iconografia e legenda. A Heráldica, quando abordada a partir de testemunhos arquivísticos (selos, cartas, tombos, inscrições

associadas a documentação), contribui para o estudo das elites, das estratégias familiares, das alianças e das linguagens de representação.

A amplitude temática do volume procura, assim, responder a uma dupla necessidade. Por um lado, acolher estudos centrados em arquivos e em processos de produção, custódia e descrição documental: arquivos institucionais, arquivos pessoais e de família, cartórios monásticos e capitulares, chancelarias régias e senhoriais, tabelionato e escrivaninhas, formulários e tipologias diplomáticas. Por outro lado, incentivar trabalhos sobre objetos e práticas concretas: documentos avulsos e séries, cartulários, tombos e livros de registo, códices e encadernações, marcas de propriedade e de circulação, selos e matrizes, inscrições e sinais gráficos, usos de linguagem e de escrita. Importa sublinhar que o presente volume acolhe não só abordagens mono-disciplinares, que aprofundam uma metodologia específica, mas também abordagens interdisciplinares, capazes de conjugar competências e de explorar a riqueza de fontes complexas e multifacetadas.

Este número temático pretende igualmente ser um convite a pensar criticamente a relação entre inovação tecnológica e exigência metodológica. A digitalização, a descrição normalizada, as bases de dados e os instrumentos de pesquisa em linha são recursos imprescindíveis, mas não substituem o olhar crítico do investigador nem as competências técnicas necessárias para interpretar os documentos. Antes pelo contrário: a abundância de imagens e metadados reforça a importância de critérios rigorosos de descrição e de análise, sob pena de se ampliar a circulação de erros, atribuições indevidas ou leituras descontextualizadas. Do mesmo modo, a possibilidade de cruzar fontes dispersas e construir *corpora* interarquivísticos exige um conhecimento fino das lógicas de produção documental e da sua história custodial, para que as comparações sejam historicamente significativas e não apenas agregações superficiais.

Ao promover um espaço de publicação dedicado a estas questões, o *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* afirma-se como uma plataforma de diálogo entre investigadores e profissionais do património documental. Trata-se de um diálogo fundamental, na base do qual se encontra, precisamente, o conhecimento estruturante sobre fundos, séries e contextos de proveniência produzido pelos arquivistas. O resultado desejável é a constituição de um espaço de articulação em que a preservação, a descrição e a investigação se reforçam mutuamente, contribuindo para uma melhor compreensão do passado e para uma valorização mais ampla das fontes e de todos os profissionais que com elas trabalham.

Em suma, este número temático, sobre “Arquivos, Fontes e Ciências Históricas”, reúne estudos que tornam visível o caminho que vai do vestígio

ao conhecimento: da localização de um documento à sua leitura, da crítica diplomática à interpretação histórica, da materialidade do suporte à construção de identidades e memórias. Num tempo em que se multiplicam os meios de acesso e se aceleram os ritmos de pesquisa, este volume reafirma o valor da precisão, da metodologia e do trabalho com as fontes.

O conjunto de estudos aqui reunidos propõe, assim, uma reflexão articulada sobre a produção, a organização, a transmissão e a apropriação da informação ao longo do tempo, cruzando escalas, geografias e tradições documentais. Em comum, os trabalhos aqui apresentados partem de uma premissa metodológica forte: os documentos não são apenas repositórios de dados sobre o passado, mas artefactos históricos em si mesmos, atravessados por regimes de uso, por decisões técnicas e por relações de poder.

Uma primeira linha temática emerge no domínio dos arquivos monásticos e da cultura escrita associada aos cartórios, em que a documentação se apresenta simultaneamente como prova jurídica, suporte de memória e instrumento de governação institucional. É neste horizonte que se inscreve o estudo de Sandra Piñeiro Pedreira, dedicado a Santa María de Penamaior (Lugo), analisado numa diacronia larga (séculos XII-XIX). A autora mostra como o património escrito de uma casa cisterciense pode ser reconstituído não apenas pelo que se conserva, mas também pelo que se perdeu e pelo modo como a perda deixou vestígios. O seu trabalho articula duas frentes complementares. Por um lado, procede à leitura das marcas materiais e gráficas presentes nos pergaminhos – dobragens, sistemas de atadura, intervenções de restauro, notas dorsais e marginais –, entendidas como indícios de instalação, identificação e consulta, e como sinais de campanhas sucessivas de reorganização. Por outro, analisa os tombos modernos (com destaque para os de 1688 e 1702), enquanto instrumentos de controlo e de transmissão de informação, mas também como mediações interpretativas, por vezes imprecisas, que condicionam a leitura futura do fundo. Este cruzamento permite observar, com particular nitidez, a transformação funcional do arquivo: de um dispositivo sobretudo orientado para a prova e a gestão do património, para uma máquina de memória institucional. Em simultâneo, o confronto entre os assentos dos tombos e a documentação hoje existente permite recuperar a memória de cerca de três dezenas de diplomas desaparecidos, cujo extravio se intensifica no contexto da desamortização oitocentista. A história do arquivo torna-se, assim, história de um processo de conservação, reorganização e esquecimento, no qual a materialidade documental e a escrita de arquivo desempenham papéis decisivos.

Num plano cronológico distinto, mas convergente na ênfase sobre a construção institucional da memória e da legitimidade, o artigo de Rui Pedro

Neves analisa o *Livro Preto* do Mosteiro de São Salvador de Grijó, cartulário em pergaminho compilado entre 1449 e 1452. Produzido no âmbito do Desembargo Régio, sob supervisão de Fernão Lopes e por mandado de D. Afonso V, o códice reúne 43 traslados autênticos (1122–1434), com termos de abertura e encerramento, extraídos do arquivo régio com finalidade probatória. O autor enquadra esta compilação no clima de instabilidade política e jurídica do pós-Alfarrobeira, interpretando o cartulário como estratégia de resistência patrimonial e reafirmação de direitos e jurisdições por parte de uma comunidade de cónegos regrantes. A análise articula dois eixos: a contextualização das motivações e do momento de produção – que sublinha a passagem de práticas internas de escriturar e guardar para um dispositivo de validação pública – e o exame diplomático, paleográfico e codicológico do manuscrito. Destacam-se os critérios de seleção documental, a estrutura material (cadernos, regragem, duas colunas), a mão escriturária, os sinais de autenticação e o uso continuado, visível na presença de *marginalia*. O estudo acompanha ainda a história custodial do códice, do cartório monástico à Torre do Tombo, evidenciando o seu valor para reconstituir perdas e continuidades da cultura documental tardo-medieval. Em diálogo com o trabalho sobre Penamaior, este caso mostra que a escrita de arquivo não é apenas um mecanismo de conservação: é também uma forma de enunciação de autoridade e de estabilização de identidades institucionais.

Um segundo eixo do número amplia a discussão para além do espaço ibérico, evidenciando como fontes administrativas seriadas permitem reconstituir mecanismos de governação e transformação social em contextos de forte complexidade política. É aqui que se situa o artigo de Husamettin Simsir, dedicado aos Balcãs otomanos em meados do século XV. Com base, sobretudo, em sete *tahrir defterleri* (registos de população e de terras) e documentação arquivística complementar, o autor analisa as razões da dispensa de detentores de *timar*, num período menos explorado face ao predomínio dos séculos XVI e XVII. A partir da análise de 406 unidades fundiárias e de 102 casos de substituição de titulares, propõe uma tipologia de onze causas principais: criminalidade; incapacidade física ou mental; incumprimento do serviço militar; abandono do *timar*; renúncia voluntária e/ou promoção; violação de deveres e abusos de autoridade; morte ou desaparecimento em contexto específico; aquisição ilícita ou fraudulenta; traição; detenção prolongada do *timar*; e denúncias falsas. A reconstrução micro-analítica destes processos permite compreender os mecanismos de controlo, verificação e sancionamento – incluindo o papel de oficiais locais e das queixas das comunidades – e a intensificação do controlo central

sobre concessões fundiárias em zona de fronteira. O artigo sugere ainda que a rotatividade relativamente frequente dos titulares, ao tornar a posse mais precária, podia desincentivar o investimento em campanhas militares e favorecer estratégias de permanência local, oferecendo dados relevantes para comparar o *timar* com outros regimes de posse e serviço no espaço balcânico. Ao trazer para o centro do debate uma documentação administrativa muitas vezes lida apenas como fonte quantitativa, o estudo mostra a fertilidade de uma abordagem que restitui ao registo seriado a sua densidade social e política.

A problemática da identificação do emissor e da construção de uma “imagem documental” surge como outro contributo estrutural do número, aproximando a diplomática e a sigilografia das preocupações contemporâneas da descrição arquivística. O artigo de Luis Fernando Fernández Guisasola examina a documentação de D. Leonor de Áustria, figura singular pela sua circulação entre Portugal e França e pela pertença à Casa de Áustria. Partindo de fundos portugueses, espanhóis e franceses, o estudo centra-se em três elementos que permitem reconhecer o emissor: *intitulatio*, selo e assinatura. Mostra-se como D. Leonor ajustou fórmulas e práticas de validação às tradições de cada reino, sem abdicar de marcas identitárias do seu nascimento – manutenção do estatuto de infanta e evocação da filiação dinástica – numa lógica de autorrepresentação e estratégia política. A análise das intitulações evidencia oscilações linguísticas e titulaturas adaptadas a contextos distintos (rainha consorte, rainha-viúva, rainha de França), incluindo escolhas inovadoras como o recurso ao termo “Espanha” e à terminologia francesa de viúva (*douairière*) em documentação castelhana. No plano sigilográfico, descrevem-se matrizes, armas e formas de aposição (incluindo soluções de matriz e contrasselo) que acompanham mudanças de estatuto e de casamento. A assinatura recebe atenção particular pelo seu valor operativo na descrição e atribuição arquivística: ao identificar padrões gráficos, influências (sobretudo de D. Maria de Castela) e variações ao longo do tempo e dos espaços de escrita, o artigo oferece critérios para corrigir atribuições erróneas e refinar instrumentos de acesso. A convergência entre análise diplomática e exigências de descrição e recuperação da informação evidencia um ponto-chave deste número: a erudição técnica não é um fim em si mesma; é também uma ferramenta de acesso, de interoperabilidade e de rigor científico.

Em estreita continuidade com esta atenção às materialidades e às mediações, o número acolhe contributos que situam o livro e o impresso no coração das dinâmicas arquivísticas, insistindo na necessidade de ler a cultura escrita para lá da superfície textual. O artigo de Daniela Fernandes Santos

e Pedro Pinto centra-se num contrato de impressão de 1565, celebrado entre João Álvares (impressor da Universidade de Coimbra) e o Mosteiro de Santa Cruz, conservado no Arquivo da Universidade de Coimbra e raro na tipologia contratual quinhentista. A partir da edição integral do documento e da sua leitura contextualizada, os autores demonstram como este género de fonte manuscrita ilumina dimensões do livro impresso que a folha de rosto e os preliminares frequentemente silenciam: condições materiais de produção, repartição de responsabilidades, cadência de trabalho, circuitos de correção e mecanismos de controlo de qualidade. O contrato regula a impressão de 500 exemplares de um “breviário novo” (em in-oitavo), estipulando prazos e ritmos mínimos de composição, provisão de papel e tintas (preto e vermelho), procedimentos de provas com corretores de ambas as partes e modalidades de pagamento (adiantamento para “aparelho da impressão” e preço por caderno). Este quadro evidencia a articulação entre uma instituição religiosa e o universo tipográfico universitário após o encerramento da tipografia crúzia, sublinhando a centralidade de Coimbra nas dinâmicas editoriais do século XVI. Os autores mostram também como a referência a um breviário de 1555 suscita um problema bibliográfico: a atribuição “*Conymbrice apud Antonium a Santillana*” pode coexistir com a indicação de impressão em Lyon por Thibaud Payen, abrindo hipóteses sobre “impressões emprestadas”, edição *versus* impressão e circulação transnacional de modelos litúrgicos. O contrato emerge, assim, como fonte decisiva para reconstituir práticas, mercados e redes do impresso, e também para mostrar como o manuscrito pode corrigir ou reorientar as certezas construídas a partir do objeto impresso.

A investigação sobre arquivos de família e arquivos de poder surge, neste número, com particular relevo, permitindo observar como a administração, o estatuto social e a política se inscrevem no modo de ordenar, descrever e mobilizar a documentação. O artigo de Rafael Ceballos-Roa e María del Carmen Rodríguez-López reconstitui, com novos dados, a história arquivística do arquivo nobiliárquico dos Quiñones, Condes de Luna (León). A metodologia cruza análise de instrumentos de descrição e controlo produzidos pelos responsáveis do cartório, leitura das marcas materiais e intelectuais deixadas pela prática arquivística (pregas, registos dorsais, códigos de identificação, perfurações de instalação) e recolha de notícias sobre uso, circulação e perdas. O estudo evidencia a continuidade funcional do arquivo como instrumento de governo senhorial – gestão patrimonial, jurisdição e defesa de direitos – e a existência de mecanismos rigorosos de empréstimo e restituição, com recibos e listas de remessa para a corte. Reconstrói-se a evolução do depósito e do mobiliário (da torre e arcas no século XV a sistemas de

gavetas e armários), bem como a reorganização de 1719 em 23 *legajos* temáticos, apoiada por índices e inventários que permitem perceber uma aplicação prática precoce do princípio da proveniência. A narrativa integra ainda momentos de vulnerabilidade e dispersão: o roubo de 1446 (com recuperação parcial) e, sobretudo, a fragmentação oitocentista ligada à alienação de bens e à transferência de documentação “útil” com as propriedades, explicando a atual bipartição entre instituições (Archivo Fundación Obra Social Castilla y León e Archivo Fundación Octavio Álvarez Carballo, em León). Neste caso, como no de Penamaior, a biografia do arquivo ilumina, simultaneamente, dinâmicas de poder, usos sociais da escrita e a própria história da arquivística: não há “arquivo” sem política de conservação, nem conservação sem escolhas sobre o que vale a pena manter e como deve ser recuperado.

A dimensão codicológica do número aprofunda a ideia de que as materialidades não são ornamento, mas parte essencial da inteligibilidade das fontes. O artigo de Ana Margarida Dias da Silva analisa as encadernações de 57 tomos de demarcação e reconhecimento da Mitra Episcopal de Coimbra (séculos XVI-XVIII), preservados no Arquivo da Universidade de Coimbra. Partindo de um *corpus* homogêneo quanto à proveniência e função, a autora identifica tipologias de encadernação, materiais, técnicas e padrões decorativos, articulando a história material do códice com a história institucional do cartório episcopal. Distingue quatro grandes tipos: encadernações em pergaminho; em cartão revestido a couro (com ou sem gravação a ferros); em tábua de madeira com brochos; e em cartão forrado a papel rosado (a par de um caso com papel marmoreado). A classificação permite observar evoluções de longo curso: a transição do pergaminho e de soluções mais pesadas para pastas de papelão e nervos em cordão, acompanhando mudanças de manuseamento e arrumação do livro (da horizontalidade para a verticalidade) e a crescente padronização setecentista. Um contributo particularmente relevante é a leitura das marcas de posse e circulação – numeração interna do cartório (remetendo para um *Index* de 1818), etiquetas e carimbos da Torre do Tombo e, por fim, a cota do Arquivo da Universidade de Coimbra –, que evidenciam percursos custodiários entre Coimbra e Lisboa (1881) e o regresso ao Arquivo da Universidade de Coimbra (1916). A análise decorativa, baseada em esquemas geométricos e motivos vegetalistas reiterados, sugere empreitadas centralizadas e possível reutilização de ferros, ainda que sem identificação segura de oficinas. O anexo com fichas descritivas normalizadas reforça, por fim, o valor do estudo para conservação, descrição e investigação: o conhecimento técnico traduz-se em condições concretas de acesso e preservação.

A problemática da documentação produzida em contexto de governação quotidiana e de administração universitária, por seu lado, é exemplificada pelo artigo de Ana Maria Leitão Bandeira, que dá a conhecer um manuscrito singular: o “diário” do reitor da Universidade de Coimbra, D. Manuel Corte-Real de Abranches, com registos entre 5 de maio de 1664 e 6 de dezembro de 1666. Embora a lombada o identifique como volume de “Petições e Despachos” de estudantes, a análise demonstra tratar-se de um instrumento mais amplo de memória administrativa, onde se anotam decisões, pareceres e ocorrências da vida universitária, com intervenções de mais de uma mão (provavelmente a do reitor e a de um secretário), rasuras e textos intercalados. A autora interroga o estatuto do códice – entre registo particular e institucional – e descreve a sua materialidade (papel italiano com marca de água, encadernação posterior, sinais de uso), situando-o numa história custodial recente, já que esteve em mãos privadas antes da sua incorporação no Arquivo da Universidade. Do ponto de vista informativo, o “diário” permite observar um retrato denso da Universidade na segunda metade do século XVII: gestão de crises sanitárias e de absentismo, petições de estudantes (incluindo equivalências e casos de alunos provenientes do Ultramar), requerimentos de partidos médicos, conflitos internos de governação, pedidos de tenças por viúvas e órfãos de lentes, e questões de fazenda universitária ligadas a rendeiros e prazos. O cruzamento com outras séries do Arquivo da Universidade de Coimbra e com a correspondência de António Vieira reforça o valor desta peça para uma micro-história do governo universitário e para o estudo das práticas de escrita decisória e de registo em contexto institucional. Neste ponto, o número sublinha uma ideia fundamental: os arquivos não guardam apenas “resultados” administrativos; guardam os próprios processos de decisão, com as suas ambiguidades, hesitações e correções.

A abertura do número à história económica reforça a vocação transversal do tema “Arquivos, Fontes e Ciências Históricas”, mostrando como fundos tradicionalmente associados à história cultural e política podem ser mobilizados para reconstituir infraestruturas informacionais de mercados. O artigo de Tomás Pinto de Albuquerque propõe uma leitura inovadora do fundo da Real Mesa Censória (do Arquivo Nacional Torre do Tombo) como fonte para a história da circulação de informação económica e dos mercados financeiros em Lisboa no século XVIII. Partindo do problema da assimetria de informação, o autor demonstra que, para além das redes mercantis tradicionais, existiram canais formais e semiformais de acesso a dados relevantes para decisões de investimento, ainda que mediados e condicionados pelo

enquadramento censório. Através de um levantamento empírico direto, identificam-se periódicos nacionais e estrangeiros, papéis avulsos e literatura financeira sujeitos a exame, onde se encontram notícias políticas com impacto nos preços, entradas e saídas de navios, cotações de géneros, evolução dos câmbios, anúncios de leilões, lotarias, contratos e subscrições de ações (incluindo companhias privilegiadas). A censura surge, paradoxalmente, como mecanismo de filtragem e simultaneamente como “infraestrutura” de preservação documental, permitindo reconstituir práticas de divulgação e consumo de informação económica. A comparação com outras praças europeias (Madrid, Londres, Amesterdão) sustenta a caracterização de Lisboa como um mercado semiopaco: menos institucionalizado e com menor publicitação sistemática de preços, mas dotado de soluções endógenas – papéis avulsos, pregões, imprensa generalista e circulação de jornais estrangeiros – que mitigavam, de forma funcional, a incerteza informacional. O estudo contribui, assim, para uma reinterpretação do mercado de capitais no Antigo Regime português e para a valorização de fundos “não económicos” como fontes centrais da história económica.

O diálogo entre teoria arquivística e estudos de caso contemporâneos encontra expressão exemplar no artigo de Sandra Patrício, que analisa a série “Processos de Obras Particulares” do Município de Sines como caso de produção e custódia partilhadas de informação administrativa. Entre 1971 e 1975, no contexto do Decreto-Lei n.º 270/71 e do lançamento do complexo industrial e logístico, o Gabinete da Área de Sines assumiu o licenciamento de obras particulares em Sines e Santiago do Cacém, gerando processos que só em 1989 foram integralmente transferidos para a Câmara Municipal de Sines. A trajetória – com sobreposições funcionais, remessas, reorganizações e dispersões documentais – permite discutir, com base na história custodial, consequências para a integridade do vínculo arquivístico, comunicabilidade, acessibilidade e conservação. A autora demonstra que a dupla responsabilidade moldou a organização dos processos (capas normalizadas, numeração sequencial, campos de movimento e prazos), os instrumentos de recuperação (fichas por pontos de acesso, planta de localização) e o perfil informacional da série, marcada por uma génese tardia e por práticas anteriores de acumulação em coleções cronológicas de requerimentos. Simultaneamente, evidencia como a extinção do Gabinete da Área de Sines e a transferência de competências para múltiplos “herdeiros funcionais” produziram quebras de ligação entre conjuntos complementares (por exemplo, projetos de arquitetura e processos municipais), com impacto direto na decisão administrativa e nos direitos dos munícipes. O estudo conclui que, apesar de se

tratar de uma série comum a todas as autarquias, a sua história administrativa e custodial confere-lhe características próprias na Área de Sines, reforçando a importância da análise contextual para descrição, gestão e acesso à informação urbanística. Ao lado dos exemplos medievais e modernos, este caso contemporâneo demonstra que as questões de proveniência, custódia e integridade continuam a ser, hoje, problemas estruturantes do conhecimento e do exercício de direitos.

A fechar o conjunto, a recensão crítica de Paulo Batista às *Atas do IV Encontro de História de Loulé* (Vaquinhas, 2021) funciona como uma reflexão sobre os próprios ecossistemas de produção e circulação de conhecimento histórico. A recensão valoriza o papel do Arquivo Municipal de Loulé na mediação cultural e na publicação científica, defendendo um modelo de boas práticas assente em acesso, continuidade editorial e participação pública. O volume, com treze estudos (que abrangem os séculos XII-XX) organizados em cinco secções temáticas, revela interdisciplinaridade e renovação geracional, combinando autores consagrados e investigadores em início de percurso. Ao sublinhar o cuidado material e simbólico da edição e a relevância das fontes mobilizadas, o texto afirma que iniciativas deste tipo consolidam um *corpus* cumulativo de conhecimento sobre o território, as instituições e as comunidades, promovendo cidadania informada e memória coletiva. Nesta perspetiva, os arquivos surgem não só como depositários, mas como agentes ativos de produção de conhecimento.

Em conjunto, os contributos reunidos evidenciam a vitalidade de um campo que articula tradição erudita e inovação metodológica, convocando saberes técnicos e problemáticas historiográficas amplas. Ao colocar os arquivos no centro da reflexão, este volume reafirma a sua natureza dinâmica e a responsabilidade partilhada entre investigadores e profissionais do património. Espera-se, assim, que estas páginas contribuam para aprofundar práticas, suscitar novas questões e consolidar uma cultura científica exigente no trabalho com as fontes.